



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N.º DE 2023

(Da Sra. Erika Kokay)

Apresentação: 31/05/2023 19:08:23.937 - CLP

REQ n.38/2023

Requer a realização de Audiência Pública para discutir as **regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência, pessoas idosas e atendimento ao público pelo INSS.**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública para discutir as **regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência, pessoas idosas e atendimento ao público pelo INSS.**

Sendo assim, sugere-se que sejam convidados (as) as representações das organizações abaixo identificadas:

- 1 - Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- 2 - Secretaria Nacional de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- 3 - Rede-In (Rede Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência), entidade que reúne dezesseis associações brasileiras de/para pessoas com deficiência;
- 4 - Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade);
- 5 - Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenaspes);
- 6 - Conselho Federal de Serviço Social (CFESS);
- 7 - Wederson Santos - assistente social, doutor em Sociologia e professor universitário. Pesquisador da temática de deficiência e políticas sociais.





JUSTIFICAÇÃO

Desde a aprovação da Lei 14.176/2021, surgiram preocupações entre os segmentos das pessoas com deficiência e entidades da sociedade civil sobre as regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência e idosos. A Lei introduziu mudanças nos critérios de elegibilidade para o BPC, como os níveis de renda, a avaliação social remota pelo Serviço Social do INSS e a regulamentação do auxílio-inclusão. No entanto, essas mudanças foram vistas como retrocessos na garantia do direito à assistência social, indo contra decisões do Supremo Tribunal Federal e restringindo o acesso ao BPC.

Paralelamente, o INSS passou por mudanças estruturais nos últimos anos, com foco na informatização e uso de tecnologias para agilizar os processos e o reconhecimento de direitos da população. No entanto, surgiram preocupações sobre o acesso das pessoas mais vulneráveis aos serviços do INSS, uma vez que as agências praticamente se fecharam ao atendimento presencial, adotando predominantemente canais remotos como telefone, aplicativo e portal online. Essa transição digital dificultou o acesso e acompanhamento dos requerimentos de benefícios para uma parte significativa da população atendida pelo INSS, que não tem facilidade de uso dessas plataformas.

Diante desse cenário, é necessário discutir a atuação da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para reverter as restrições de acesso ao BPC decorrentes das novas regras introduzidas pela Lei 14.176/2021. Além disso, é importante debater a situação do INSS e quais são os projetos em andamento para melhorar o atendimento ao público vulnerável que não possui perfil de acesso aos canais remotos.

O objetivo da audiência pública é, portanto, abordar essas questões e buscar soluções para garantir o acesso ao BPC e melhorar o atendimento às necessidades dos (as) usuários (as) do INSS que enfrentam dificuldades de acesso aos canais digitais.

Isso posto, e considerando a grande relevância do tema, requeiro a presente audiência pública, para que ele possa ser amplamente discutido.

Sala da Comissão, em 31 de maio de 2023.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

